

Manuel Benício: um correspondente da Guerra de Canudos

SÍLVIA MARIA
AZEVEDO é professora
da Unesp – campus de
Assis.

CANUDOS E OS CORRESPONDENTES DE GUERRA

muito do que se conhece a respeito da Guerra de Canudos se deve ao jornal, tão poderoso quanto exclusivo veículo de comunicação, no Brasil do século XIX. Poder-se-ia mesmo dizer, talvez sem

Este ensaio fará parte, futuramente, da edição crítica de *O Rei dos Jagunços*, de Manuel Benício, ora em preparo pela autora.

exagero, que Canudos veio a se tornar num dos fatos de maior relevância para a história brasileira, tendo em vista a repercussão junto à imprensa escrita. É certo que, anteriormente ao conflito de 1897, episódios como a Guerra do Paraguai, por exemplo, ganharam espaço considerável nas páginas dos principais jornais do país. Contudo, os aspectos particulares da guerra do sertão baiano – a localização do conflito em região mal conhecida, as condições geográficas e climáticas adversas, o tipo de confronto imposto

pelo solo e pelo inimigo, sem falar da morte do general Moreira César, em pleno campo de batalha—contribuíram para que aquele episódio histórico, sobretudo a partir da formação da 4ª Expedição, tenha se transformado em fato explorado pelas várias “representações” (Galvão, 1977) da imprensa escrita na época.

Ainda outro aspecto singulariza a Guerra de Canudos, que, “se não inaugurou, deve ter intensificado extraordinariamente no Brasil a praxe jornalística de dispor enviados especiais no local dos acontecimentos” (Galvão, 1977, p. 109). No ano de 1897 nenhum jornal brasileiro de destaque deixou de enviar o seu correspondente para o local do conflito, como fizeram *O Estado de S. Paulo*, a *Gazeta de Notícias*, *A Notícia* e o *Jornal do Comércio*. Foi com o propósito de informar os leitores de São Paulo e do Rio de Janeiro sobre o que se passava em Canudos que Euclides da Cunha, na época redator d’*O Estado de S. Paulo*, e Manuel Benício, do *Jornal do Comércio*, foram enviados como correspondentes de seus respectivos jornais.

O tipo de correspondente enviado para o sertão baiano igualmente particulariza o conflito de 1897: como os repórteres iam, em missão de guerra, além de especiais, “eram de certo modo especializados” (Galvão, 1977, p.109), caso de Euclides, tenente-reformado, e de Benício, capitão-



Casa de Cultura Euclides da Cunha, São José do Rio Preto

honorário do Exército (os enviados dos outros jornais eram também, quase todos, militares).

Se a atuação como correspondentes de guerra e a participação nos quadros do Exército aproximam Benício e Euclides, o primeiro levava vantagem sobre o segundo por já ter servido como repórter na cobertura da Revolta da Armada, em 1893, para *O Tempo*, jornal republicano do Rio Gran-

de do Sul. Por sua vez, Euclides, até Canudos, não tinha atuado ainda no papel de enviado de guerra, embora o seu interesse pelo conflito do sertão baiano já tivesse se manifestado em “A Nossa Vendéia”, série de dois artigos publicados, o primeiro a 14 de março, e o segundo a 17 de julho de 1897, em *O Estado de S. Paulo*. Além desse prévio contato intelectual com Canudos, as recomendações de que era alvo Euclides faziam com que ele e Benício não gozassem do mesmo prestígio: o primeiro ia para Canudos recomendado pelas suas qualidades de escritor (Andrade, 1966, p.102); o segundo tinha a seu favor tão-somente a experiência anterior de repórter de guerra.

As informações a respeito da viagem dos dois repórteres são igualmente marcadas pelo desequilíbrio: sobre a de Euclides são conhecidos os menores detalhes, o que evidencia o interesse dos pesquisadores; já a de Benício está cercada pela ausência de informações. Não por um acaso também, o autor de *Os Sertões* já mereceu algumas biografias, enquanto pouco se sabe a respeito da vida do autor de *O Rei dos Jagunços* (1899). Nem por isso, as reportagens que enviou para o *Jornal do Comércio*, bem como a “crônica romanceada”, que vai publicar em 1899, deixam de fornecer dados importantes a respeito da guerra, em particular, o seu lado menos grandioso, o que, de certa forma, contrasta com a visão de Euclides, centrada na perspectiva épica. Outra razão justifica o conhecimento das reportagens de Benício sobre Canudos: Euclides valeu-se delas na reconstituição da guerra em *Os Sertões*, embora sem declarar sua dívida para com o colaborador do *Jornal do Comércio*.

UMA ESTADA NO INFERNO DE CANUDOS

Ao contrário de Euclides que, antes de rumar para Canudos, permaneceu o mês de agosto praticamente inteiro em Salvador (aí chegou em 7 de agosto de 1897 e só partiu

para o sertão baiano no dia 31 do mesmo mês), Manuel Benício parece ter sido enviado diretamente para o campo da batalha. Pelo menos é o que se conclui com base na carta de 4 de julho, a primeira enviada de Canudos, e publicada a 3 de agosto no *Jornal do Comércio*. Nela, Benício informa que já se encontrava no sertão da Bahia desde 25 de junho, quando do combate em Cocorobó, entre as forças da 2ª Coluna e os jagunços. Mas, em outra carta, de 17 de julho, escrita do Alto da Favela, e publicada a 8 de agosto, o repórter dá notícia de que, dois dias antes, a 23 de julho, já acompanhava a 2ª Coluna, sob as ordens do general Savaget.

De 3 a 19 de agosto, o *Jornal do Comércio* publicou oito reportagens de Benício, entre cartas e notas, todas remetidas de Canudos, com exceção das duas cartas expedidas da capital da Bahia. Essas cartas trazem as datas de 7 e 10 de julho; no entanto, é mais plausível supor que ambas sejam de 7 e 10 de agosto, respectivamente.

É a carta de 10 de julho (ou antes, agosto) – com certeza escrita quando Benício já se encontrava fora de Canudos – que traz informações a respeito de sua permanência no sertão da Bahia. Nesta, juntamente com a de 7 de julho (ou seja, agosto), o correspondente do *Jornal do Comércio* expõe as razões por que se afastara do campo de batalha. A primeira é que, por estar doente e cansado, Manuel Benício decidiu abandonar a cobertura da guerra, se não quisesse ter o mesmo fim do alferes Cavalcanti, correspondente do jornal *A Notícia*, que morrera no combate de 14 de julho, logo no início da campanha da 4ª Expedição. A outra razão talvez tenha sido a mais decisiva: o repórter foi obrigado a sair de Canudos em função das críticas violentas à má atuação dos comandantes do Exército, particularmente ao general Artur Oscar. A má atuação dos comandantes, na opinião de Benício, não se limitava às táticas equivocadas de guerra, mas se estendia à péssima organização e distribuição de suprimentos de boca e de guerra. É dentro desse contexto que, a certa altura da carta publicada em 19 de agosto (com data de 10 de julho), ele faz a seguinte declaração: “Há no acampa-

mento, em Favela (lá deixei até o dia 26), quatro canhões Krupp que nunca funcionaram por haver superabundância de bocas de fogo” (Galvão, 1977, p. 325) (1).

Se Benício foi obrigado a sair de Canudos no dia 26 de julho (como faz supor a expressão “lá deixei até”), e a nota incluída na carta de 17 de julho mostra que a 23 de junho o repórter já percorria o sertão baiano com as tropas do general Savaget, essas datas levam a concluir que o correspondente do *Jornal do Comércio* permaneceu trinta e três dias (um pouco mais, um pouco menos, talvez) no interior baiano.

Trinta e três dias pode não ser um tempo muito longo na cobertura de uma guerra que começara em 21 de novembro de 1896 e só iria terminar a 5 de outubro de 1897; no entanto, a leitura das reportagens que o repórter escreveu em Canudos dá conta de que aqueles trinta e três dias, provavelmente os mais longos e duros de sua vida, tiveram o efeito de uma verdadeira estada no inferno. Nem quando do “bombardeio de Niterói”, que parece ter sido duro, Benício se recorda de ter passado por tantas privações: “Os que, como eu, estiveram no bombardeio de Niterói e aqui agora estão, calculam que aqui sempre é pior do que foi lá. [...] Em Niterói havia tudo, até casas para dormir, no acampamento, depois de um combate de 8 horas, a correr para ali, e avançar para acolá, a fim de tomar posição, sem haver tempo de beber água, quem é que se lembra de armar barracas?” (pp. 240-1).

Já em Canudos, a patente de capitão-honorário valeu ao correspondente do jornal carioca a possibilidade de atuar não apenas como espectador da guerra, mas quase como soldado, como faz questão de ressaltar: “Estava na linha de fogo com o general Serra Martins, que dela fez-me retirar a título de não ser combatente bem que me visse de mosquetão ao lado” (p. 244).

Atuar como se fosse soldado significou também ter de enfrentar os perigos pelos quais passaram os combatentes regulares, desde a perigosa tarefa de “catar cadáveres dos nossos para enterrar” (p. 239), em meio à luta mais violenta, até ver a morte de perto, o que acontecia toda vez que acompanhava

as tropas nos ataques aos jagunços, como foi o caso das operações de 19 de julho dentro do arraial de Canudos. Nunca antes os batalhões da 1ª e 2ª Colunas estiveram tão próximos do inimigo; nunca antes o espetáculo da morte fora tão aterrador. Para fugir à saraivada de balas dos jagunços, Benício conta que o seu abrigo foi um frágil casebre de taipa. Mais apavorante do que enfrentar o perigo da morte, era lutar contra um inimigo que, por guerrear de emboscada, impossibilitava o confronto cara a cara: “É impossível esta guerra, guerra de emboscada. Ninguém vê os jagunços, atira-se à toa e sem saber como, morre-se bestamente” (p. 252).

Quando, em nota de 7 de julho, confessa que a idéia de sair de Canudos já lhe passou pela cabeça (só não o fez porque não queria abandonar o general Savaget, que estava doente), não é mais do jagunço que o repórter tem medo, o seu medo agora “é de morrer de fome e sede e de porcaria” (p. 293).

REPORTAGENS X NOTAS OFICIAIS

A proximidade da guerra e o risco da própria vida – aspectos marcantes da correspondência de Manuel Benício – instauraram uma visão de perto e de dentro do conflito de Canudos, que funciona como garantia à veracidade das reportagens. Já na primeira carta que expede de Canudos, a de 4 de julho, o repórter intui que sofrerá perseguições (o que de fato vai acontecer) por parte dos comandantes do Exército, por responsabilizar inteiramente o general Artur Oscar pelo malogro do ataque a Canudos a 28 de junho. Como garantia de que tudo o que denunciava era verdade, Benício não apenas relata a própria participação no combate de Cocorobó, mas faz questão de destacar: “Tive suprema satisfação de ser apresentado pelo general Savaget em uma roda de oficiais, ao General Artur Oscar, não como um jornalista, mas como um combatente e patriota que havia prestado bons serviços à sua coluna” (p. 245).

¹ Nas próximas citações, será referida apenas a página da obra *No Calor da Hora* para onde foram transcritas as reportagens de Manuel Benício.

**Quatrocentos
sertanejos
prisioneiros,
Canudos**

Enquanto a identificação de jornalista estivesse associada à imagem de manipulador dos fatos, a apresentação como “combatente e patriota” garantiria a Benício a comprovação de sua participação no campo de batalha, além de conferir atestado de veracidade às suas reportagens. Consciente do caráter explosivo das acusações que fazia, o repórter informa o leitor que não precisa se valer de intermediários para chegar até as notícias:

“Em tais casos, pois, posso descrever o que vi e as conseqüências dos fatos a que assisti, sem receio de ser contestado. Posso mesmo confessar com modéstia que criei uma posição que não permite-me andar indagando para contar aos que me lêem a série de informações que dou relativas a nossa marcha de combates. Por isso não temo contestações, mesmo as que se possam referir aos vitupérios que imodestamente para aqui trasladei. A minha reportagem sobre a Coluna Artur Oscar cifra-se unicamente a

descrever o que vi depois que aqui chegamos junto a ela” (p. 245).

Em abono à verdade do que descreve, é comum Benício transcrever as ordens do dia, emitidas pelos militares. Em carta de 24 de julho, as notícias pormenorizadas do ataque de 18 do mesmo mês a Canudos dão conta de que o número assustador de mortos deve-se, em grande parte, à imperícia dos comandantes. Por isso, não deixa de ser irônica a transcrição da ordem nº 8, do dia 19 de julho, expedida pelo general Antonio da Silveira Barbosa:

“A temeridade dos chefes e a bravura dos demais oficiais e praças que compõem esta coluna sob o meu comando, são forças bastante poderosas para determinar uma fácil vitória, se bem que tenhamos de enfrentar com [sic] inimigos que combatem às ocultas, encobertos por espessas matas, circunstância esta que mais concorrerá para realçar o valor dos nossos soldados, que



Casa de Cultura Euclides da Cunha, São José do Rio Preto

sempre solícitos e com maior resignação têm-se empenhado nas guerras as mais incruentas” (p. 266).

Além de transcrever os informes oficiais, o repórter acrescenta à correspondência enviada ao *Jornal do Comércio* uma série de notas com o objetivo de esclarecer as ordens do dia e desmentir as informações inverídicas dos comandantes. Como acontece na ordem do dia 2 de julho, expedida por Artur Oscar informando que “nos combates dos dias 27 e 28 do mês passado, esgotaram-se quase que em completo as munições da primeira coluna [...]” (p. 250). A nota de Benício confirma a declaração do general quanto à falta de munição da 1ª Coluna, embora o tom seja de crítica, e não de justificativa. Na opinião do correspondente, se a 1ª Coluna tivesse poupado as balas, seria possível uma retirada provisória junto ao comboio de fornecimento e munição, sob o comando do general Campelo, para, depois, voltar e avançar sobre Canudos. Da forma como as operações foram levadas, além de Artur Oscar não ter conseguido tomar o reduto dos jagunços, também impediu que a 2ª Coluna, sob a direção de Savaget, o fizesse, estando esta em melhores condições que a 1ª Coluna.

Outro momento da nota de Artur Oscar que é esclarecido por Benício refere-se à ajuda que a 5ª Brigada da 5ª Coluna, comandada pelo coronel Serra Martins, veio trazer à 1ª Coluna, “evitando que caísse em poder do inimigo” (p. 251). O repórter observa que, de certo modo, isso já acontecera, uma vez que a munição do comboio Campelo tinha ido parar nas mãos dos jagunços. Tanto é verdade “que os cunhetes foram encontrados abertos, alguns vazios e as ambulâncias quebradas” (p. 251).

É ainda nessa mesma nota que Benício não deixa dúvidas quanto às críticas que faz ao general Artur Oscar: “O plano do general Oscar era bombardear por muito tempo e depois assaltar Canudos. Admirável é que num só dia gastasse toda munição que trazia, sinal que trazia pouca; e tanto é assim, que depois Serra Martins retomou milhares de tiros” (p. 151).

A GUERRA PERTO DO LEITOR

Uma vez que a preocupação com a verdade é o objetivo da correspondência de guerra de Manuel Benício, o repórter não se importou com o apuro formal de suas cartas, o que vai marcar a correspondência de Euclides da Cunha. Quando se é obrigado a escrever “deitado no chão debaixo da barraca”, quando é preciso adivinhar o que está escrito porque palavras foram omitidas, quando não há tempo para reler as cartas imediatamente enviadas ao jornal, compreende-se que a situação não era propícia a “estas futilidades de estilo gráfico e leitura bonita” (p. 253).

Se era nesses termos que Benício se expressava na segunda carta (de 4 de julho) que remete do Alto da Favela, na primeira, e com mesma data, publicada no *Jornal do Comércio* em 3 de agosto, percebe-se a preocupação de não apenas relatar os fatos, mas compor uma narrativa. Trata-se do relato do assalto de 27 de junho a Canudos, em que sobressai o apelo a certos procedimentos retóricos na descrição daquilo que o repórter chamou de “espetáculo mais grandiosamente solene e terrível” (p. 238). O emprego das comparações, por exemplo, a partir de referências literárias, é indício de que é a ficção, mais do que a realidade, que sustenta as composições das cenas de batalha. O quadro do “rolar dos mortos e feridos ao sopé dos penhascos” faz o repórter se lembrar da “expulsão celeste dos anjos rebeldes pintados por Gustavo Doré, no Inferno de Dante” (p. 238) – comparação que deve ter se afigurado ao repórter como maneira eficaz de conferir dimensão grandiosa à descrição da batalha de Cocorobó. Quando da entrada da Coluna Savaget no acampamento das forças da 1ª Coluna, a 28 de junho, em atendimento ao pedido de socorro do general Oscar, mais uma vez a inspiração vem das ilustrações de Doré ao Inferno da *Divina Comédia*, na tentativa de traduzir o espetáculo impressionante com o qual Benício se depara: “Não era um acampamento, era uma barafunda, um inferno, uma mescla dantesca, satânica, impossível!” (p. 245).

A leitura da primeira parte da carta de 4 de julho, recheada de pinturas literárias, dá ao leitor a impressão de que Manuel Benício escreveu-a previamente, talvez na véspera do ataque a Canudos, o que não acontece com a segunda parte, menos elaborada, em termos estilísticos, parecendo ter sido escrita no “calor da hora”, o que garante veracidade ao relato. Na verdade, esta é a tônica das reportagens, impregnadas pelo cheiro e pelos sons da guerra, de tal forma que o leitor, tal como o repórter, pode ouvir “o repercutir estrepitoso das descargas e tiroteios pelos vales e gargantas de serras” (p. 250).

Ao texto mal escrito vem se juntar o texto inacabado, ou antes, as notas que o correspondente vai coletando dia após dia em seu diário, como as de 23 de junho a 8 de julho, e que deveriam dar lugar às cartas. Mais uma vez, é a falta de tempo responsável pelas notas secas, quase telegráficas, que envia ao jornal. Mas é nesses textos toscos, que não sofreram processo de elaboração formal, que a guerra se faz mais presente e o leitor quase pode escutar o sibilar das balas que, não raras vezes, passam perigosamente perto dos soldados, dentro das barracas.

Preocupado em descrever tão-somente o que via e privando da proximidade com os altos comandantes do Exército, o correspondente-soldado mostra-se como alguém que está perto, ou antes, dentro da guerra, e nela, ocupando o lugar do leitor. Na medida em que a guerra é trazida para perto do leitor, este, guiado por Benício, é levado para o interior das barracas dos generais, onde importantes decisões são tomadas. No dia 14 de julho, por exemplo, houve reunião de generais e comandantes de brigada para tratar do plano de combate a Canudos, que acontecerá a 18 de julho. Presente à reunião, o repórter conta que as opiniões divergiam quanto às táticas a serem empregadas: “Este queria, depois de sério bombardeio, carga à baioneta pela vanguarda da bateria; aquele, assalto por um só ponto; aquele outro, por dois sucessivamente, mais este que opinava pela mudança para o flanco e atacar daí” (p. 314).

São os bastidores da guerra trazidos a público e, com eles, a denúncia contundente dos desatinos praticados pelos comandantes, em especial, do general Artur Oscar que, por pura vaidade, quis ter a glória de entrar no reduto dos jagunços, sem esperar por Savaget, conforme plano estabelecido. Por isso Canudos não foi tomada quando do assalto de 28 de junho, o que obriga os comandantes a estarem reunidos, agora, a 14 de julho, a planejar novo ataque, que deverá acontecer no dia 18, como o anterior, com desenlace desastroso para as forças do Exército: a fome, as doenças, os feridos e o desespero dos soldados. Não por um acaso, a ênfase das cartas do correspondente do *Jornal do Comércio* está centrada no lado feio, sujo, pouco grandioso, da Guerra de Canudos.

O LADO FEIO E SUJO DA GUERRA

“Veio o dia 2. O acampamento já tresandava. Havia cadáveres de dois dias que não eram enterrados. Pelo campo, cavalos, bois e burros mortos a apodrecer ao tempo, porque o matadouro era no meio do acampamento, assim como o lugar das dejeções de toda esta promiscuidade animal” (p. 247).

Poucos dias depois do malogrado ataque a Canudos, a 28 de junho, era esta a situação dos soldados da 1ª e 2ª Colunas, entregues à própria sorte e à ganância daqueles que sonham enriquecer com a guerra. Como foi o caso de um praça e sua companheira que, à beira do fogo, faziam beijus. De olho no lucro, o soldado dá instruções à mulher para fazê-los bem pequenos. Mal começou a vendê-los, “veio uma bala doída, que atravessou a cabeça, matando-o instantaneamente” (p. 300).

Mas nem todos são movidos pela ganância, dentro do acampamento. Entre os combatentes, sempre há alguém disposto a dividir o pouco que tem com aquele que não tem nada. Nos dias em que a fome era insuportável entre os soldados, o repórter viu muitas vezes o coronel Silva Teles di-

vidir a sua bóia com qualquer praça que vinha a ele, confessando que não via comida há dias.

Tanto a generosidade de Silva Teles como a bravura do alferes Pacheco e de Maria Rita, verdadeiros heróis anônimos da Guerra de Canudos, merecem destaque na correspondência de Manuel Benício. Quando os alimentos começam a escassear, o incansável alferes “monta no cavalo, faz os seus comandados montarem e lá vão pelas caatingas à procura de gado, que matam e trazem, nas ancas das montarias” (p. 252).

Depois do assalto de 18 de julho a Canudos, enquanto os soldados esfomeados, em perseguição às criações do arraial, eram alvo fácil dos jagunços, de repente acontece o insólito encontro de Benício com sua mula, já ferida, alheia ao que se passava ao redor: “No meio da coluna, impassível, quieta, alheia a tudo, com uma orelha baleada já e murcha, no mesmo ponto em que a deixara, olhando friamente para a praça, soberbamente heróica e dominadora, a minha pobre mula destacava-se em uma imobilidade marmórea” (p. 260).

O correspondente foi igualmente espectador da agonia dos combatentes feridos que, trazidos para os improvisados hospitais, montados dentro do acampamento, morriam por falta de tratamento. Dentre tantas mortes inúteis, a do alferes Bezouchet sensibilizou-o particularmente. O jovem alferes, “um entusiasmado criterioso e republicano sincero e sem mácula” (p. 252), tinha fechado matrícula na Escola Militar para poder lutar em Canudos. Na noite em que dividia a barraca com Benício e o tenente Potengi, uma bala atingiu-o na cabeça enquanto dormia. Levado ao hospital, nem aí o infeliz Bezouchet ficou livre do perigo: outra bala vem acertá-lo, agora lhe varando o braço. Mal podendo falar, por causa da inflamação na garganta, o alferes ainda encontra forças para fazer-lhe um pedido: “pediu para que marcasse o lugar em que fosse enterrado, a fim de que sua senhora um dia pudesse mandar buscar os seus ossos” (p. 252).

Outro episódio dramático que abalou profundamente o repórter foi a morte de

seu colega, o alferes Francisco de Paula Cisneiros Cavalcanti, correspondente de *A Notícia*, no assalto de 18 de julho ao arraial dos jagunços. Ele conta que, quando descia o morro da Favela, viu o corpo do repórter, entre os cadáveres de outros soldados, todos saqueados: “Junto ao corpo do Cisneiros estavam espalhados pelo chão papéis que apanhei” (p. 258).

Eram anotações de Cisneiros sobre a guerra, e que Benício vai incorporar à crônica romanceada (*O Rei dos Jagunços*) que publicará em 1899.

OS JAGUNÇOS NAS REPORTAGENS DE BENÍCIO

Ainda que as reportagens de Benício privilegiem a luta na perspectiva do soldado contra o jagunço, a certa altura dos combates o correspondente não pôde deixar de reconhecer o valor do inimigo. O reconhecimento da bravura do jagunço não serve de atenuante em relação à responsabilidade dos altos comandantes do Exército pelas verdadeiras ciladas mortais em que metiam os seus subordinados. Na verdade, admitir a perícia e a superioridade guerreira dos jagunços funciona como espécie de contraponto à atuação dos militares que acabam diminuídos por um adversário que sempre foi tido, desde o início da guerra, como inferior, em todos os sentidos. Ao mesmo tempo, o reconhecimento da coragem do jagunço é mais uma prova da isenção do repórter: o seu compromisso com a verdade obriga-o tanto a fazer denúncias graves contra os comandantes – mesmo que essas denúncias possam lhe valer a censura da correspondência (o que de fato aconteceu) –, quanto admitir o valor guerreiro do inimigo. O que, diga-se de passagem, em nada diminuía o perigo que corria, já que estava do outro lado da guerra.

É nas “notas avulsas” que integram a correspondência publicada a 9 de agosto no *Jornal do Comércio*, mais particularmente a de 8 de julho, que são feitas refe-

rências mais pormenorizadas a respeito dos jagunços: a perícia guerreira, a resistência, a perspicácia assim como a familiaridade com a caatinga. Como Euclides, Benício aprendeu que a resistência dos jagunços se explica pelo regime alimentar severo a que, desde cedo, são submetidos: “Criados nestes sertões estéries a talo de macambira, miolo de coroa-de-frade, a batida de umbu, frutas de caatinga, mel, e nos tempos de seca a beber água das tabocas, bambus e gravatás tornam-se monteses como os marajás, ágeis, lépidos e velozes como tejus” (p. 301).

Já por essa dieta frugal, é compreensível a vantagem do jagunço em relação ao soldado que, vindo em grande parte do sul do país, estaria acostumado com outro regime alimentar.

Outro fator, segundo Benício, explica a superioridade do jagunço quanto ao combatente do Exército: a familiaridade com a caatinga. “Conhecem todas as bibocas, todas as veredas das caças e criações, os altos, as planícies, as moitas, os descampados, os antros e as cristas penhascosas das serranias, onde os bodes fazem ginástica e os urubus-tinga animam os filhotes brancos” (p. 301).

A vida na caatinga obriga os jagunços a suportar as condições climáticas mais adversas – no meio do dia, o calor escaldante, à noite, as temperaturas geladas –, a passar dias e dias sem comer nem beber uma gota d’água sequer; daí o perfil desses homens, obrigados a viver em meio tão inóspito: “têm a secura corporal das múmias e a sensibilidade semi-amadorrada em uma dormência de pele de anta” (p. 301).

Outras comparações auxiliam Benício a compor o retrato físico e psicológico desse sertanejo tão amedrontador quanto desconhecido que é o jagunço: “Têm o faro dos tatus, a vista das acuãs e o ouvido sempre alerta, semelhantes aos habitantes primitivos dos sertões florestais” (p. 301).

É a partir dos “causos” que chegam ao conhecimento do repórter, que fica registrada a perspicácia dos jagunços. Uma dessas histórias envolve a figura do velho Barbosa, “um tipo de sertanejo traquejado

que conhece todas as manhas e artimanhas dos jagunços” (p. 301). A história ficou famosa por Euclides tê-la imortalizado nas páginas de *Os Sertões*: o rastro na estrada e os galhos secos são pistas para o velho saber que o cavalo que passara por ali, no dia anterior, era ruço e cego do olho esquerdo.

O episódio é recriado pela “transcrição” do diálogo entre o dr. Barreto Leite e o velho Barbosa, o que confere maior vivacidade ao relato. O mesmo recurso é empregado quando Benício conta o “causo” de outra sertaneja que, como o velho Barbosa, tem “esta mesma intuição quase divinatória que a necessidade do meio ao qual se adaptaram desenvolve dia a dia com maior nitidez e clareza” (p. 302). Acompanhada dos soldados de Moreira César, a mulher vai chamar João, o irmão mais velho, para servir de guia do Exército. As marcas do dedo do pé esquerdo, deixadas na poeira da estrada, advertem-na de que o irmão não estava em casa, o que de fato se confirmou.

Aos exemplos de perspicácia dos jagunços, o repórter relata outros tantos sobre a coragem “destes celerados” (p. 303). Um dia tiveram a ousadia suicida de querer tomar a artilharia do major Febrônio “a cacetete, com a alavanca, malho e alvião” (p. 302). Quando não partem para o confronto direto, acoitam-se atrás dos morros, dentro de buracos, nos galhos das árvores, e aí, um só homem é capaz de alvejar com pontaria certa, durante horas, as barracas do acampamento, “sem que as dezenas de binóculos focalizados sobre ele descubram-no” (p. 303).

Nem por reconhecer a coragem, a perspicácia, a perícia guerreira do inimigo, Benício demonstra a mais leve reação quanto à prática da degola a que o Exército submetia os jagunços prisioneiros. Quando do assalto de 18 de julho a Canudos, limita-se ao registro lacônico da prática ultrajante: “Deu-se novo toque de carga e degola” (p. 257). Toda vez que, de volta ao acampamento, o alferes Pacheco trazia a caça abatida, junto vinham alguns jagunços capturados, exibidos aos soldados, como troféus. Benício não faz qualquer alusão à degola que, nessas ocasiões, deve ter ocorrido. E



sempre que, em outras ocasiões, fizer referência a ela, o repórter demonstrará a mesma indiferença, como se a prática, por serem os jagunços as vítimas, não fizesse dela um ato criminoso.

A VINGANÇA DE UM CORRESPONDENTE PERSEGUIDO

Atitudes como essa de Manuel Benício, cioso em preservar a idoneidade de repórter, só lhe dificultaram o trabalho de enviar a correspondência para o *Jornal do Comércio*. Na segunda carta que remete de Canudos, ele conta que o general Artur Oscar se negava a visar o seu telegrama “por tratar-se de feridos e mortos e tal notícia ser desagradável às famílias dos mesmos” (p. 249). Perplexo com a atitude do general que, da solicitude com que o recebera no acampamento, passa a hostilizá-lo, poucos dias depois, o correspondente intui que,

diante de tais obstáculos, só à custa de muitos esforços dará cabo de sua missão.

Nas correspondências de 1^a e 16 de julho, voltando a tratar do assunto, o repórter torna ainda mais explícita a perseguição que passa a sofrer por parte do general Oscar. Por conta do envio da relação de oficiais e praças mortos, a 25 de julho, mas também porque Benício havia enviado informações minuciosas a respeito da situação do Exército, particularmente da 1^a Coluna.

Como se não bastassem as dificuldades enfrentadas para cumprir a missão de correspondente, o repórter vai sofrer na pele as conseqüências de ter enfrentado a guerra tão de perto. Quem escreve a carta de 13 de julho é um homem enojado com a própria sujeira e que avalia a possibilidade de acompanhar o alferes Pacheco, à procura de gado, só para poder tomar banho, no caminho, em algum poço, mesmo com risco de vida.

Enquanto serve de pasto às repugnantes muquiranas, o repórter, não suportando

Cadáveres nas ruínas de Canudos

mais a indefectível carne de bode sem farinha e sem sal, que seria servida no almoço, põe-se a imaginar as delícias de uma feijoada, acompanhada de digestiva caninha: “Ah! quanto daria qualquer um de nós hoje por uma feijoada do frege mais ignóbil, da rua mais imunda, do bairro mais indecente, de uma cidade pobre! E depois rematar este belíssimo acepipe com um largo trago de aguardente clara!” (p. 312).

Na impossibilidade de ver realizado o sonho da feijoada, outro igualmente prosaico, mas nem por isso menos desejado, o de tomar banho, é motivo de uma alegria quase infantil quando tornado realidade, conforme registra em carta de 13 de julho. Não menor é a alegria de todo o acampamento quando, no mesmo dia, o coronel Tupi Caldas volta com o fornecimento que fora buscar, a 30 de julho, em Monte Santo. Benício não poupa vivas à República, no que era seguido pelos doentes que, saindo fora das barracas, saudavam o tão esperado comandante.

Tão logo se dá o assalto de 18 de julho, pouco mais de uma semana depois, o correspondente estará fora de Canudos. Foram tantas as privações por que passou nos trinta e três dias que lá permaneceu, que a carta que escreve de Salvador é uma queixa só:

“Estou cansado, estou doente. O meu estômago, devido às águas horríveis que bebi durante longas semanas, a alimentação, a carne de bode e de vaca que ingeri sem sal e sem farinha durante semanas longas, tem contorções de cascavel ou coivara e pesa-me como uma chapa de chumbo. Pede água e rejeita-a depois. Sinto-me débil e repugna-me a comida. À noite tenho febre e desperto com uma secura intolerável” (p. 319).

Uma vez fora do campo da guerra, o medo que antes não sentia, mesmo diante das mais arriscadas empreitadas, apodera-se de Benício, agora, um homem enfraquecido. A perspectiva de voltar a Canudos se lhe afigura aterrorizadora, sobretudo quando se põe a rememorar a história do cabo negro, outro herói que morreu bestamente na Guerra de Canudos, tão anônimo que

dele nem sequer se sabe o nome. O repórter não consegue apagar da memória a imagem do cadáver seco do cabo negro, a cabeça aberta por um profundo talho, de onde saíam os miolos, o corpo crivado de balas e punhaladas. Voltar a Canudos significa voltar a ver “aquela boca horrivelmente escancarada [...] com a alvíssima dentadura escarnada a gargalhar aos viajantes” (p. 320).

Para os que, em segurança, ainda estão em Salvador, como o marechal Carlos Bittencourt e sua equipe, ocupados nos preparativos da viagem, estes não podem avaliar os horrores pelos quais Benício passou em Canudos. Por se tratar de um destacamento especial, com incumbência de cuidar das munições de boca e de guerra, a Canudos que vão encontrar será bem diferente daquela que ele conheceu. O receio é que, devidamente supridos de munições, os soldados e os oficiais, que só em agosto marcham para lá, pensem que tudo não passou de exagero do repórter. Ele teme também que as informações enviadas do campo de batalha sejam contestadas por jornais poderosos como *A República*, do Rio de Janeiro, e *Folha da Tarde*, de Porto Alegre, como revide aos seus pesados ataques ao coronel Artur Oscar. A esperança é que os fatos falem a seu favor.

Em socorro do repórter, os jornais baianos passam a dar notícias a respeito da 4ª Expedição, confirmando as informações anteriormente enviadas por Benício. Outro reforço é a chegada de feridos que, vindos de Canudos, transformam-se em testemunhas incontestáveis dos horrores da guerra, igualmente vividos e noticiados por ele. Finalmente, outro possível aliado pode vir a ser “o engenheiro militar Dr. Euclides da Cunha”, que está de partida para Canudos, e cujo artigo, ‘Nossa Vendéia’ [sic] impressionou a todos que o leram pelo critério e ilustração com que foi escrito” (p. 324).

Tal como passa a acontecer com os feridos que chegam a Canudos, o correspondente do *Jornal do Comércio* é alvo igualmente da curiosidade daqueles que querem saber histórias a respeito da guerra. Centro das atenções, por alguns dias ele chega a esquecer da loucura de Canudos, e mal

consegue disfarçar uma ponta de orgulho: “No meu modesto apartamento do Hotel Paris tenho sido muito procurado, todos me querem [...]. É adorável a curiosidade que esta gente me dispensa” (pp. 324-5).

Mas o repórter sabe que cairão no esquecimento suas façanhas de correspondente de guerra, bem como as acusações contra o general Artur Oscar, tão logo acabe o conflito. Para que isso não ocorra, e seguindo o exemplo de Afonso Arinos que, em 1898, publicara *Os Jagunços*, Benício, no ano seguinte, vai trazer a público sua versão romaneada da Guerra de Canudos, *O Rei dos Jagunços*. Na segunda parte da “chronica histórica e de costumes sertanejos”, “Militares e Políticos”, o autor irá transcrever, entre aspas, parte das reportagens enviadas para o *Jornal do Comércio*. Na obra de 1899, agora com mais espaço e vagar, o autor vai poder se deter em esclarecimentos a respeito dos bastidores da guerra de Canudos, dentre eles, a participação desastrosa do general Artur Oscar.

DENÚNCIAS EXPLOSIVAS

Terminada a guerra, corria a notícia de que o reforço de cinco mil homens, enviado em agosto de 1897 para Canudos, sob as ordens do marechal Carlos Machado Bittencourt, viera em resposta ao telegrama de Artur Oscar endereçado ao ministro da Guerra. Manuel Benício contesta essa versão dos acontecimentos e, com base nas informações publicadas pelo *Jornal do Comércio*, faz as seguintes denúncias:

1. O governo não recebia informações de Artur Oscar, “que fazia alarde de não lhe dar satisfações” (Benício, 1899, p.367) (2);

2. Artur Oscar se correspondia com a mulher, com Nilo Peçanha, com Lauro Müller, com Alcindo Guanabara, com o jornal *O País*, mas não enviava uma carta sequer ao presidente da República, Prudente de Morais, “a quem confiado em futuros e brilhantes feitos (de que qualidade não sabemos), fingia não respeitar” (p. 367);

3. A falta de informações oficiais a res-

peito da guerra exacerbou a opinião pública, já sobressaltada com a morte de Moreira César, situação da qual a ala republicana, representada pelo jornal *A República*, não deixou de tirar partido, passando a atacar o governo: “Não há de ser a nossa crista que este Governo, perdido na opinião pública, se salvará” (p. 368). As notícias publicadas no *Diário Oficial* a respeito das operações de Canudos – Artur Oscar bombardeava, sem nenhum êxito, o reduto de Antônio Conselheiro, desde 27 de julho, encontrado por parte dos fanáticos, fortemente armados, tenaz resistência – autorizam *A República* a fazer essa declaração explosiva: “não achava mais uma só palavra contra os monarquistas” (p. 368). Até antes do assassinato de Gentil de Castro, os seguidores de Antônio Conselheiro eram tidos como responsáveis por todos os desastres. Agora, as coisas tinham mudado, e o jornal se permite afirmar que “a impopularidade deste [do governo] o havia de tragar” (p. 368);

4. Benício aproveita o artigo de fundo, “Governo?”, publicado em *A República*, para acusar Artur Oscar de estar chefiando uma revolta militar:

“O que a oposição naquele tempo cogitava era realmente uma revolta militar, patrocinada provavelmente pelo general Artur Oscar que apontavam como sucessor direto de Moreira César e Floriano Peixoto. O general Artur Oscar já por esse tempo devia, em Canudos, ver que a vitória não lhe seria ganha com a esperada facilidade e os seus amigos daqui deviam perceber que descansavam suas esperanças em ramo na verdade verde! ...

Em todo o caso, é bom que os leitores tomem nota da linguagem da oposição. Ela trabalhava abertamente pela deposição do Presidente e o Dr. Manoel Vitorino era o seu homem – pois a oposição, note-se bem, falava muito em constituição e queria tudo cumprir constitucionalmente” (p. 368);

5. Até princípio de agosto não chegavam notícias definitivas a respeito do bombardeio a Canudos (Artur Oscar recomeçara o ataque desde o dia 27 de julho); em

2 Faz-se referência, nas próximas citações, apenas à página da obra *O Rei dos Jagunços*.

vista disso, o governo resolveu enviar o marechal Bittencourt para a Bahia, encarregado de dirigir os suprimentos de guerra e de boca, até então muito mal gerenciados. A oposição viu na atitude do governo uma “exautorização do seu ídolo, o general Oscar” (p. 369);

6. Não vai demorar muito para que a oposição fique desmoralizada: o general Carlos Eugênio, irmão do general Artur Oscar, é nomeado em substituição ao general Savaget. A chegada à corte do general Serra Martins, do general Savaget e do coronel Carlos Teles só aumenta o descrédito dos opositoristas em função das declarações que passam a fazer. Os dois primeiros dão ao governo informações a respeito da direção equivocada da campanha pelo general Artur Oscar. Quanto ao coronel Carlos Teles, falando a 23 de agosto ao jornal *O País*, reforça o julgamento dos colegas militares quanto ao péssimo comando de Artur Oscar e acrescenta que ninguém de fora protegia os jagunços que, na sua avaliação, seriam quando muito mil combatentes;

7. Enquanto o governo vai se ver sonegado de informações até fins de agosto, o general Artur Oscar vem se correspondendo com Nilo Peçanha a quem passava “informações que se prestam a manobras políticas” (p. 369). Essas informações, vindas por telegrama, passam a ser do conhecimento do *Jornal do Comércio*, que, publicando-as, recebe os protestos do Clube Militar.

As revelações explosivas contidas nessa longa nota de pé de página, inserida em *O Rei dos Jagunços*, a propósito do envio de mais cinco mil homens a Canudos, esclarecem igualmente um aspecto intrigante das reportagens de Benício: como foi possível ao repórter prosseguir no trabalho de cobertura da guerra, em função das críticas violentas que, desde a primeira carta, desferia contra o general? Ao fazer referência à indignação da oposição quanto ao envio do marechal Bittencourt para Canudos, vem o esclarecimento (é ainda o repórter transcrevendo em *O Rei dos Jagunços* as declarações do *Jornal do Comércio*):

“[...] e esta nova senha muito explorada foi pelas semanas que se seguiram ao embarque do marechal Bittencourt para a Bahia, a 3 de agosto, no mesmo dia em que o *Jornal do Comércio* publicava uma carta importante do seu correspondente em Canudos, o sr. Capitão Manoel Benício, mostrando quanto deixava a desejar a direção dada às operações pelo general Artur Oscar até que esta carta só fora pelo jornal publicada a pedido do sr. presidente da República, que dela tinha conhecimento, quando a verdade foi que o jornal a estampou a 3 por ser o dia imediato aquele em que recebeu telegrama do sr. Benício anunciando a sua chegada à capital da Bahia. Teria sido de certo imprudência publicá-la durante a permanência do correspondente em Canudos” (p. 369).

Se o *Jornal do Comércio* só publicou a 3 de agosto de 1897 a primeira carta que Benício expediu a 4 de julho de Canudos, 3 de agosto coincide não apenas com a data do embarque do marechal Bittencourt para a Bahia, mas é igualmente o dia imediato da chegada de Manuel Benício a Salvador. Ou seja, a 2 de agosto, o repórter já estava na capital da Bahia. Uma vez fora de Canudos, as reportagens do correspondente do *Jornal do Comércio* poderiam, agora, ser publicadas com segurança. Muito antes dessa data, o jornal já estava de posse das suas cartas, mas não as publicara por julgar imprudente.

A publicação das cartas quando Benício já estava fora do sertão baiano explica a ousadia do repórter nas acusações contra Artur Oscar. Nesse caso, o espaço de tempo entre o envio da correspondência e a publicação no *Jornal do Comércio* não era justificado tão-somente pelo atraso do correio ou pelo extravio das cartas. As reportagens só começaram a ser publicadas a 3 de agosto porque Benício tinha dado recomendações expressas ao jornal para que só o fizesse quando ele estivesse longe de Canudos. A nota de pé de página, inserida em *O Rei dos Jagunços*, reforça igualmente a data aventada das duas últimas cartas que o repórter escreve de Salvador. Como

a de 2 de agosto já se encontrava na capital da Bahia, as cartas datadas de 7 e 10 de julho só podem ser de 7 e 10 de agosto, respectivamente. Da mesma forma, comprova-se outra hipótese quanto à permanência de Benício em Canudos: o correspondente teria chegado ao sertão da Bahia a 23 de junho e de lá teria saído por volta de 26 de julho de 1897.

Agora que estava fora de Canudos, e para onde não pretendia mais voltar, agora que o país inteiro tomava conhecimento das condições em que lutavam os soldados convocados pelo Exército, agora que uma personalidade da estatura de Euclides da Cunha se propunha a ir pessoalmente ao campo da guerra, agora Benício podia enfrentar desdenhosamente o Clube Militar que, ao lhe negar competência no julgamento das operações de guerra, excluiu-o

dos seus quadros. Pena que esse enfrentamento se escondia no tímido espaço de uma nota de rodapé de *O Rei dos Jagunços*.

A exclusão dos quadros do Clube Militar em nenhum momento abalou a confiança de Manuel Benício no Exército. A vitória das Forças Armadas contra Canudos, em que pesem as críticas à “imprevidência dos nossos homens, sobretudo da Bahia, e pelos desasos da direção da campanha” (p. 371), foi saudada com o entusiasmo de um militar que acredita ter sido feito o que precisava ser feito: “Felizmente Canudos afinal caiu, a 6 de outubro, [Canudos caiu a 5 de outubro de 1897] em poder das nossas forças, graças ao inexcedível valor do nosso exército. Deixemos aqui uma grinalda de saudades sobre os túmulos destes 5.000 bravos compatriotas que caíram vitimados pelo mais perverso fanatismo [...]” (p. 371).

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Olímpio de Sousa. *História e Interpretação de “Os Sertões”*. São Paulo, Edart, 1966.

BENÍCIO, Manoel. *O Rei dos Jagunços*. Chronica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos. Documentada e commentada por Manoel Benício, ex-correspondente do *Jornal do Commercio* junto às forças leaes contra Antonio Conselheiro. Rio de Janeiro, Typ. do *Jornal do Commercio* de Rodrigues & C., 1899.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No Calor da Hora: a Guerra de Canudos nos Jornais, 4ª Expedição*. São Paulo, Ática, 1977.
